

portugal,
uma retrospectiva
1603-1385

portugal, uma retrospectiva 1603-1385

ZOLTÁN BIEDERMANN, PEDRO CARDIM, MÁRIO FARELO,
JUDITE FREITAS, SAUL ANTÓNIO GOMES,
IRIA GONÇALVES, ANTÓNIO CASTRO HENRIQUES,
DAVID MARTÍN MARCOS, ANA PAULA MEGIANI,
FLÁVIO MIRANDA, MARIA DE LURDES ROSA,
NUNO SENOS, RUI TAVARES, ÂNGELA BARRETO XAVIER

DIRECÇÃO DE RUI TAVARES

PÚBLICO & TINTA-DA-CHINA | LISBOA MMXXII

Apesar de os editores desta colecção optarem pela norma ortográfica anterior ao Acordo Ortográfico de 1990, respeitou-se, em cada capítulo, a opção ortográfica dos respectivos autores.

© 2022, PÚBLICO Comunicação Social SA
e Edições tinta-da-china, Lda

PÚBLICO
Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tels: 210 111 357 | 93 268 0312
Email: colecoes@publico.pt
Loja online: www.loja.publico.pt
www.publico.pt

TINTA-DA-CHINA
Palacete da Quinta dos Ulmeiros
Alameda das Linhas de Torres, 152 – E.10
1750-149 Lisboa – Portugal
Tels: 21 726 90 28 | 29
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *Portugal, uma retrospectiva: 1603-1385*

Direcção: Rui Tavares

Autores: Zoltán Biedermann, Pedro Cardim, Mário Farelo,
Judite Freitas, Saul António Gomes, Iria Gonçalves,
António Castro Henriques, David Martín Marcos,
Ana Paula Megiani, Flávio Miranda,
Maria de Lurdes Rosa, Nuno Senos,
Rui Tavares, Ângela Barreto Xavier

Assistência à coordenação científica: Maria Carla Araújo

Revisão: Tinta-da-china

Composição: Tinta-da-china

Capa: Tinta-da-china (V. Tavares) a partir do retrato
de Ana de Velasco, duquesa de Bragança,
por Juan Pantoja de la Cruz (1603)

1.ª edição: Novembro de 2022

ISBN 978-989-671-725-4

Depósito Legal 506854/22

ÍNDICE

1603	11
<i>David Martín Marcos, Pedro Cardim</i>	
Introdução	15
1 A ordem social e as várias configurações da política	20
<i>As Ordenações e leis do reino de Portugal</i>	20
<i>Uma sociedade multiforme</i>	27
<i>A omnipresença da ordem familiar</i>	35
2 Portugal na monarquia hispânica	50
<i>Um Portugal unido e separado</i>	50
<i>O estatuto do Portugal dos Áustrias em 1603</i>	61
3 A prática político-administrativa	66
<i>Entre o respeito e as violaçõesdo pacto de Tomar</i>	66
<i>Governar as conquistas ultramarinas</i>	81
4 Na encruzilhada católica	96
<i>Portugal e as guerras da monarquia</i>	96
<i>Católicos contra protestantes</i>	100
<i>A questão dos cristãos-novos, a propósito de um processo de 1603</i>	103
Conclusão	108
Notas	112
Bibliografia	113

1580	117	<i>Os mares enquanto teatro de guerra</i>	284
<i>Ana Paula Megiani</i>		<i>A territorialização dos imaginários</i>	289
Introdução	123	7 Ambições hegemónicas e diplomacia num mundo pluricêntrico	294
1 Visões historiográficas	129	8 Ainda o problema dos territórios: conquista e colonização	299
2 Um reino e o seu vasto mundo	136	9 Violência, deslocação, escravidão	307
3 1580: um ponto de chegada	143	Epílogo: na casa das perguntas	314
4 O Portugal (do) desejado	148	Nota final: as fontes e a sua interpretação	331
5 Do areal ao nevoeiro	168	Notas	334
6 Por mar e por terra: a ocupação de Portugal	186	Bibliografia	335
7 1580: um pacto, uma cerimónia	202	1498	339
Conclusão	213	<i>Ângela Barreto Xavier, Nuno Senos</i>	
Notas	217	Prólogo	343
Bibliografia	219	Parte I: memórias em torno do ano de 1498	
1535	223	1 Memórias historiográficas	354
<i>Zoltán Biedermann, Rui Távares</i>		2 Lugares da memória colectiva	372
Preâmbulo: a geração da «utopia»	227	Parte II: o ano de 1498 nos tempos de D. Manuel	
1 Tempos de guerra, tempos de paz	242	3 O caminho marítimo entre a Europa e a Ásia	393
2 A invenção do território português	250	4 O impacto da viagem no reino de Portugal de inícios do século xvi	406
3 Um Portugal à escala global— e um globo que responde	257	5 Uma nova ordem assistencial	415
4 A esfera armilar: símbolo de um Portugal global	265	6 Transformar a paisagem: a arquitectura manuelina	423
5 O império enquanto «rede» marítima	269	7 Os mundos à volta de 1498	427
6 Para além do império-rede	284	Epílogo	439

Notas	448	Conclusão	549
Fontes e bibliografia	450	Notas	552
Agradecimentos	453	Fontes e bibliografia	555
1460	455	1385	561
<i>Flávio Miranda</i>		<i>António Castro Henriques, Iria Gonçalves, Judite Freitas, Maria de Lurdes Rosa, Mário Farelo, Saul António Gomes</i>	
1 O ano da morte do infante D. Henrique	459	1 Um reino em convulsão, um novo rei,	
<i>Portugal e o mundo exterior</i>	463	uma batalha decisiva... e a vida, que continua	565
<i>Fontes e abordagem</i>	467	<i>O que é importante na história?</i>	565
2 «A riqueza das nações»	470	<i>Que caminhos de leitura se propõem?</i>	567
<i>Os números possíveis</i>	471	<i>Como sabemos o que dizemos ao leitor?</i>	570
<i>Os estrangeiros</i>	474	2 Coimbra: umas cortes (re)fundadoras?	574
<i>As minorias religiosas: os judeus e os muçulmanos</i>	476	<i>Instituição parlamentar e mudanças políticas</i>	574
<i>Os escravizados</i>	482	<i>A questão da transmissão do poder:</i>	
3 Governação e diplomacia	486	<i>a ameaça da sucessão feminina</i>	576
<i>Características da administração</i>	487	<i>Um momento de transe: da convocatória</i>	
<i>As intervenções diplomáticas</i>	492	<i>à legitimação das Cortes de 1385</i>	578
4 As raízes do além-mar	501	<i>As cortes: uma assembleia de «estados»</i>	579
<i>«Si vis pacem, para bellum»</i>	502	<i>O documento capital: o momento da tomada de decisão política</i>	582
<i>O passado de Ceuta</i>	504	3 O «ano económico» de 1384-1385	589
<i>Reconhecimento, contrainformação e conquista</i>	507	<i>O pão e os povos</i>	590
<i>A derrota de Tânger e a conquista de Alcácer-Ceguer</i>	511	<i>Terra e trabalho</i>	594
5 A expansão oceânica	517	<i>Bactérias e bolhão</i>	597
<i>O Arquipélago da Madeira</i>	518	<i>Conclusão</i>	602
<i>O Arquipélago dos Açores</i>	522	4 As procissões de 1385 na «muy noble	
<i>A expansão por África ocidental</i>	526	e sempre leal cidade de Lisboa»	603
<i>A descoberta da humanidade</i>	536	<i>Uma reunião camarária de emergência</i>	604
6 A economia do reino	540	<i>Purificar: a morigeração dos costumes</i>	
<i>Produção e indústria</i>	541	<i>e o reforço da devoção pública</i>	607
<i>As rotas mercantis</i>	543		

<i>Propiciar: geografias de devoção, identidade e poder</i>	610
<i>Agradecer, celebrar: a sacralização permanente do espaço municipal</i>	612
<i>Concluindo: das procissões ao corpo político de uma capital</i>	616
5 Batalha(s): poder, consciência, religião e caminhos que se bifurcam	618
<i>Fernão Lopes Lobo: alcançar e memorizar o poder</i>	621
<i>Pedro Rodrigues de Moura: a «via mixta»</i>	624
<i>Nuno Álvares Pereira: moralização do poder e poder da moral</i>	628
6 Uma notável comunidade num tempo instável: os judeus no Portugal de 1385	632
<i>Um protagonista do outro lado: D. David Negro</i>	633
<i>Os trilhos de Castela</i>	634
<i>À cabeça da comunidade: os rabis-mores</i>	636
<i>A comunidade na sua estratificação social</i>	639
<i>Uma presença remota no território</i>	640
<i>Da tolerância à crescente discriminação</i>	642
<i>(Con)tributos para a nova história de Portugal</i>	645
7 Ouvindo Maria Domingues: uma vida de camponesa em terras senhoriais	647
<i>A família</i>	647
<i>A casa</i>	649
<i>O trabalho</i>	652
<i>O senhor</i>	661
<i>O grande acontecimento</i>	663
Notas	665
Fontes e bibliografia	667
Notas biográficas	671
Créditos	675

1603

DAVID MARTÍN MARCOS
PEDRO CARDIM

CRONOLOGIA 1639-1603

- 1637** Alterações de Évora — revolta popular contra a carestia de vida e em protesto contra as medidas de Olivares em Portugal.
- 1630** Os portugueses perdem a feitoria de Melinde, na costa do actual Quênia, ponto de apoio na carreira da Índia.
- 1625** Reconquista de Salvador da Bahia aos neerlandeses.
- 1624** *Gran memorial*, documento atribuído ao conde-duque de Olivares e visto como uma espécie de programa para o governo do valido; início da União de Armas.
- 1622** Canonização, em Roma, de cinco santos vinculados à Monarquia Hispânica, entre os quais Francisco Xavier, protagonista das missões jesuíticas no Japão e no Mar da China.
- 1621** Ngola Nzinga Mbande, também conhecida como Dona Ana de Sousa, rompe relações com os portugueses em Angola e derrota as tropas do governador João Correia de Sousa. Morte de D. Filipe II, rei de Portugal, e início do reinado de D. Filipe III.
- 1619** Jornada real de D. Filipe II a Portugal.
- 1610** Duarte Nunes de Leão publica, em Lisboa, a *Descrição do reino de Portugal*.
- 1605** Perdão geral aos cristãos-novos.
- 1603** Publicação das *Ordenações e leis do reino de Portugal...* (de D. Filipe I). Primeiro estabelecimento permanente neerlandês na Ásia, em Banten, Java.

Mas afinal o que era o Portugal do tempo dos Filipes? Que país esquecido da memória coletiva era esse? Um país unido a Espanha, ou que mantinha a sua independência política? Um reino com reis espanhóis, ou com reis portugueses que coincidiam no seu corpo físico com os monarcas do país vizinho e reinavam a partir de Madrid? E o que era Lisboa? Ainda a capital de um império, ou uma cidade «sozinha, quase viúva», que tinha reino mas já não tinha corte? Porque todas estas perguntas, e as suas respostas, aparecem ainda nebulosas para os portugueses do presente, o historiador português Pedro Cardim e o historiador espanhol David Martín Marcos lançam-se neste capítulo a recuperar um ano quase apagado da nossa cronologia nacional: 1603. Não se trata do ano de uma revolução, de uma batalha ou de uma conquista conhecida, mas do ano em que foram publicadas as Ordenações filipinas, uma coleção de leis compilada no tempo de Filipe II de Portugal.

Discretamente, este foi um evento muitíssimo relevante da nossa história jurídica: as Ordenações filipinas estiveram em vigor em Portugal até meados do século XIX e, no Brasil, até 1916. Neste texto, porém, as Ordenações são apenas a porta de entrada para visitar o país em 1603, quando era um reino não independente com capital em Valladolid. David Martín Marcos e Pedro Cardim desdobram-nos as várias outras dimensões legais e políticas que concorriam com as Ordenações filipinas, organizando a vida de famílias, ordens religiosas e comunidades neste início do

século XVII. Desenham-nos a teia de relações e influências interimpéris e intercontinentais que se teceram por estes anos, feitas de alianças e de conflitos, entre portugueses e (outros) espanhóis, contra neerlandeses e ingleses, ou mais além, na Ásia, em África ou nas Américas. E encaminham também o nosso olhar para as categorias subordinadas — e tantas vezes negligenciadas — que vão dos «índios aldeados» no Brasil até às centenas de milhares de mouriscos expulsos do levante peninsular, terminando num processo inquisitorial português contra um monge acusado ora de protestantismo, ora de judaísmo. Tudo isto sob o pano de fundo de uma «pequena Idade do Gelo» que por volta de 1600 provocava na Europa os invernos mais frios de que havia memória, trazendo aos campos maus anos agrícolas e fome às cidades assoladas pela peste.

Entender os atores históricos de 1603 implica assim um esforço por ignorar o que já sabemos que aconteceu nos volumes anteriores desta coleção, na qual fazemos a nossa viagem historiográfica do futuro para o presente. Para quem fazia a sua viagem histórica do passado para o futuro, era impossível saber que Portugal voltaria a separar-se dos destinos do resto da Península ou que as conquistas dos holandeses na Ásia implicariam um posterior redirecionamento do esforço imperial português para o Brasil. O que aqui temos é uma sedutora viagem a um país desconhecido — que é o nosso.

—RUI TAVARES

INTRODUÇÃO

1603 está longe de ser um ano marcante para a memória coletiva portuguesa. É uma data que, no imaginário dos portugueses, não possui o significado de anos como 1383, 1498, 1580 ou 1640. E, no entanto, em 1603 teve lugar um acontecimento que, apesar de relativamente discreto, acabou por ter efeitos duradouros nos séculos seguintes: a publicação das *Ordenações e leis do reino de Portugal*, uma coleção de legislação que esteve em vigor, em Portugal, até meados do século XIX e, no Brasil, até ao *Código civil* de 1916.

Fixar o olhar num ano específico, no quadro de uma retrospectiva sobre Portugal, está longe de ser um exercício simples, pois implica enfrentar vários dos riscos com os quais os historiadores nem sempre lidam bem. Em primeiro lugar, o problema da teleologia, ou seja, o ato de selecionar acontecimentos com base no conhecimento que se possui acerca do que sucedeu depois para, em seguida, os interpretar à luz desse mesmo conhecimento. Face à teleologia, cumpre recordar, uma vez mais, algo que é óbvio: contrariamente ao que se passa connosco quando olhamos para trás, em 1603 ninguém tinha condições de conhecer o desenlace dos processos que estavam então em curso e nos quais os acontecimentos se inscreviam.

Em segundo lugar, um outro desafio, que não é menor neste tipo de exercícios, tem que ver com os atrativos da velha *histoire événementielle*, ou seja, a análise superficial dos acontecimentos

da história política mais tradicional, situados no tempo curto e deslocados dos processos complexos nos quais se inscrevem. Numa abordagem como esta, centrada num único ano, corre-se o perigo de cair numa mera história factual e de converter estas páginas numa galeria de efemérides. Não é isso o que se pretende. O ensaio que apresentamos jamais perde de vista a ideia de que qualquer interpretação histórica envolve necessariamente uma escolha, que aos poucos vai configurando o corpo de uma obra. Por isso, e apesar de se focar num intervalo temporal curto, este ensaio constitui uma excelente oportunidade para fugir da simples enumeração de acontecimentos e adotar uma leitura muito mais interpretativa, capaz de identificar episódios que integram processos mais longos e complexos. Processos esses que, além do mais, são sempre plurais no significado que tiveram, tanto para aqueles que os protagonizaram, quanto para os que os presenciaram.

É certo que muitos dos acontecimentos que convocámos para este texto decorrem do nosso conhecimento do que aconteceu nos anos ou décadas que se seguiram a 1603. Contudo, em nenhum momento esses eventos foram interpretados como episódios de uma sequência causal linear que inevitavelmente conduziria a um determinado resultado. Pelo contrário, procurámos manter sempre presente a imprevisibilidade, deixando em aberto o desenlace dos processos nos quais se inseriam os factos que fomos convocando. Por exemplo, é evidente que as tensões políticas registadas em Lisboa, em 1603, não nos permitem afirmar que o que estava a acontecer preparou a rutura política que acabaria por suceder em 1640. Porém, simultaneamente, tal não nos impede de pensar que, no Portugal de 1603, a conflitualidade política era tão forte que poderia mesmo ter levado a uma revolta como a que ocorreu muitos anos mais tarde. Da mesma forma, ninguém podia garantir que os avanços

neerlandeses na Ásia, nesse mesmo ano de 1603, acabariam por estar na origem, a partir de meados do século XVII, de um forte recuo territorial português nesse continente. Tão-pouco se poderia prever que o Brasil se iria tornar tão importante para a estratégia imperial portuguesa e que o ouro acabaria por ser encontrado em Minas, ainda por cima em tão grandes quantidades.

Nestas páginas de abertura importa também destacar que procurámos ampliar o nosso enfoque e optámos por trilhar caminhos inexplorados nas histórias de Portugal de que hoje dispomos, sem que por isso tenhamos abandonado os itinerários mais percorridos pela historiografia. Mediante a combinação dessas duas dimensões, visámos evitar uma leitura unidireccional e, ao mesmo tempo, procurámos situar o leitor num mundo profundamente heterogéneo e a uma grande distância cultural do nosso. Acresce que, a par dos factos ligados a tensões e conflitos, também convocámos acontecimentos indiciadores de continuidades, de consensos e de ausência de mudança. Desta forma, à medida que fomos elaborando o texto, acabou por emergir um cenário especialmente propício para se traçar uma panorâmica do Portugal do início do século XVII, retrato esse em que combinámos diferentes escalas de observação, e simultaneamente colocámos em evidência um leque bastante amplo de atores, bem como os (diversos) significados atribuídos aos eventos de 1603.

O resultado acaba por ser uma espécie de instantâneo daquele início de Seiscentos, em que se apresentam meros vislumbres de processos muito mais complexos e longos. Tal facto obrigou-nos a pensar não tanto num 1603 português, mas sim num Portugal *circa* 1603. Por outras palavras, o leitor encontrará passagens que, por vezes, antecedem a data que é objeto de análise neste ensaio ou que, noutras ocasiões,

a ultrapassam, até porque o tempo e os ritmos daquela época eram consideravelmente diferentes daqueles que vivemos na atualidade. Recorde-se, a título de exemplo, que as comunicações entre o reino e as conquistas implicavam, então, largos meses de viagem. Aliás, a simples jornada entre Bragança e Lisboa podia durar várias semanas. Como consequência, naquele início de Seiscentos muito do que se pensava, se propunha ou se ordenava só podia ser conhecido, apoiado ou rejeitado bastante tempo mais tarde. Este «tempo diferente» é apenas uma das várias pistas que aqui propomos para se entender a alteridade social e cultural de que se ocupa este estudo. As outras chaves de leitura irão surgindo aos poucos, à medida que o leitor for percorrendo estas páginas.

O presente ensaio divide-se em quatro partes. Num primeiro momento explicamos a importância da promulgação das *Ordenações e leis do reino de Portugal*, acontecimento de 1603 que dá o mote a este capítulo. Além de assinalarmos o significado desta coleção de leis, incidimos nas diversas formas de normatividade que asseguravam a ordem social e política no Portugal do início de Seiscentos. A par disso, traçamos um breve retrato social, demográfico e jurisdicional do reino português e das suas conquistas ultramarinas naquele período.

Numa segunda parte adotamos um enfoque mais geral e analisamos a inserção do reino de Portugal na Monarquia Hispânica. Nesse sentido, caracterizamos o que significava para um português que vivia em 1603 pertencer a esse conglomerado de territórios encabeçado pelos Habsburgos, e identificamos tanto as formas de adesão quanto as modalidades de oposição e de rejeição desse *constructo* político.

Em seguida, numa terceira secção, olhamos para a prática política e governativa no reino e nas conquistas. Além de reconhecermos as dinâmicas de reforma que estavam em curso no

início daquele século, analisamos também os diversos focos de tensão e de conflito político que marcaram esses anos.

A quarta parte deste ensaio é dedicada às relações entre religião e política. Em 1603 esse era um domínio especialmente conflituoso, tanto no quadro do reino como a uma escala global, obrigando muitos portugueses a tomarem uma posição. Observamos, pois, com especial atenção, as fricções entre o catolicismo e duas das confissões religiosas com as quais o mundo católico mantinha um antagonismo mais forte: o protestantismo e o judaísmo. Além disso, assinalamos o aparecimento de várias fissuras no próprio edifício da ortodoxia católica.

Para terminar, e antes de dar início à digressão pelo Portugal de início de Seiscentos, cumpre referir que, neste ensaio, decidimos intitular os reis da dinastia dos Habsburgos de acordo com os seus reinados em Portugal, ou seja, D. Filipe I (1581-1598), D. Filipe II (1598-1621) e D. Filipe III (1621-1640).

NOTAS BIOGRÁFICAS

ZOLTÁN BIEDERMANN é historiador e co-fundador do programa de estudos luso-brasileiros na University College London. É autor e coordenador de numerosos trabalhos sobre a expansão portuguesa na Ásia, incluindo *(Dis)connected Empires* (2018), *Global Gifts* (2018), *Sri Lanka at the Crossroads* (2017), *The Portuguese in Sri Lanka and South India* (2014) e *Atlas historique du golfe Persique* (2006). Doutor em História dos Descobrimentos e da Expansão pela Universidade Nova de Lisboa e pela École Pratique des Hautes Études de Paris, licenciado em História/Arqueologia pela Universidade do Porto, foi professor visitante na Brown University e na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris.

PEDRO CARDIM (Lisboa, 1967) é professor associado na Universidade Nova de Lisboa e investigador do CHAM — Centro de Humanidades. Leccionou na Universidad Autónoma de Madrid, na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris) e na New York University. A sua investigação centra-se em Portugal e na interacção dos territórios ibéricos entre os séculos XVI e XVIII. Estuda, também, a dominação colonial portuguesa no espaço atlântico, com especial incidência no estatuto político-jurídico das populações ameríndias.

MÁRIO FARELO (Lisboa, 1975) doutorou-se em História Medieval na Universidade de Lisboa (2009). É investigador contratado do projecto VIN-CULUM. Membro integrado no Instituto de Estudos Medievais, investiga a história da Lisboa medieval, assim como a história eclesiástica, urbana, diplomática e cultural do reino de Portugal na Idade Média.

JUDITE FREITAS (Cinfães, 1964) é professora catedrática da Universidade Fernando Pessoa. Fez agregação em História na Universidade do Porto e doutorou-se em Ciência Política na UNOVA. É investigadora do IPRI/UNOVA e do CEPESE/UP, onde coordena o grupo de investigação «Portugal na Europa e no mundo: migrações e relações externas».

SAUL ANTÓNIO GOMES (Leiria, 1963) é docente no Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde se doutorou. Tem uma vasta obra de investigação sobre temáticas em torno da história religiosa medieval e moderna, das minorias sociais e das vilas e cidades da região centro do país.

IRIA GONÇALVES (Lisboa, 1933) doutorou-se em História Medieval pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, onde leccionou até à sua jubilação. É especialista em organização do espaço, alimentação, antropónimo e fiscalidade. Escreveu *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV* e *À mesa nas terras de Alcobaça em finais da Idade Média*, entre outras publicações.

ANTÓNIO CASTRO HENRIQUES (Lisboa, 1976) é docente na Faculdade de Economia da Universidade do Porto desde 2009. Doutorou-se em História pela Universidade de York em 2008. Tem-se especializado no crescimento económico de longo prazo e em história fiscal e financeira, áreas em que publica os seus principais trabalhos.

DAVID MARTÍN MARCOS (Valladolid, 1981) é professor-investigador Ramón y Cajal (RYC-2016-20947) na Universidad Nacional de Educación a Distancia. Estudou nas universidades de Messina e Valladolid, onde se doutorou, e foi investigador da Escola Espanhola de História e Arqueologia em Roma e da Universidade Nova de Lisboa. Estuda sistemas político-administrativos não formais nos espaços de fronteira do mundo ibérico durante os séculos XVII e XVIII.

ANA PAULA MEGIANI (Votuporanga, Brasil, 1965) é, desde 2003, docente e investigadora em história ibérica no Departamento de História da FFLCH, Universidade de São Paulo. Escreveu os livros *O jovem rei encantado: expectativas sobre o messianismo régio em Portugal (sécs. XIII-XVI)* e *O rei ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581-1619)*. Organizou os volumes *Inês de Castro: a época e a memória*, *O império por escrito* e *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668): novas interpretações*. É actualmente pesquisadora da Cátedra Jaime Cortesão do Instituto Camões na Universidade de São Paulo e membro da Cátedra de Estudos Luso-Brasileiros da Universidade Autónoma de Lisboa. Em 2019 passou a coordenar o *Finisterra_lab* – Laboratório de Estudos sobre os Impérios Ibéricos, sediado na Universidade de São Paulo.

FLÁVIO MIRANDA (Porto, 1982) é investigador no Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» da Universidade do Porto. Os seus interesses de investigação incluem a história económica, a história urbana, a história política e social para o período tardo-medieval. Foi investigador de pós-doutoramento no Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, no CITCEM e na Universidade de Cambridge entre 2013 e 2018, enquanto bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Entre as suas publicações mais recentes, destaca-se «Conflict management in Western Europe: the case of the Portuguese merchants in England, Flanders and Normandy, 1250-1500» (*Continuity and Change*, 2017). Foi co-fundador do Grupo Informal de História Medieval da Universidade do Porto, em 2008, e fundador do Workshop de Estudos Medievais e da publicação *Incipit*. É membro da comissão científica da Cátedra UNESCO «O Património Cultural dos Oceanos» da FCSH, Universidade Nova de Lisboa.

MARIA DE LURDES ROSA (Barreiro, 1965) é doutorada em História Medieval pela École des Hautes Études en Sciences Sociales/UNL e docente no Departamento de História da FCSH/UNL. As suas áreas de estudo são a

história cultural e das mentalidades medieval e a arquivística histórica. Em 2018, recebeu uma «Consolidator Grant» do European Research Council.

NUNO SENOS (Lisboa, 1972) é doutorado em História da Arte pelo Institute of Fine Arts, da New York University. É professor do Departamento de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa e investigador integrado do Instituto de História da Arte da mesma universidade. Os seus interesses de investigação estendem-se da arquitectura quinhentista portuguesa, com especial atenção às estruturas residenciais, até à arquitectura do Brasil colonial e ao consumo artístico em Portugal na Idade Moderna.

RUI TAVARES é escritor, historiador e ensaísta. Publicou vários livros, incluindo *O pequeno livro do grande terramoto* (2005), *A ironia do projeto europeu* (2012), *Esquerda e direita: guia histórico para o século XXI* (2015) e *O censor iluminado: ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII* (2018). Doutor em História pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, investigador associado no Centro de Estudos Internacionais do ISCTE/IUL e membro integrado do Instituto de Filosofia da Universidade Nova de Lisboa, foi investigador visitante na New York University e no Instituto Universitário Europeu de Florença, e professor visitante na Brown University.

ÂNGELA BARRETO XAVIER (Goa, 1968) é doutorada em História e Civilização pelo European University Institute, de Florença. Investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, tem desenvolvido trabalho em torno da história cultural e política do império português na Idade Moderna, com destaque para as articulações entre saber e poder e para as modalidades do governo da diferença. Os livros e artigos que tem publicado privilegiam a dimensão asiática dessas temáticas.

CRÉDITOS

384, 404, 445, 620: Wikimedia Commons

417: Pierpoint Morgan Library

583: ANTT (Gav. 13, mc. 10, n.º 12)

608: AML-AH (Chancelaria Régia, Livro dos pregos, doc. 132, fls. 138v-140)

637: BNP (II. 72, fl. 448v); página 101, BNP (II.42, fl.5r)

portugal,
uma retrospectiva
1603-1385

foi impresso em papel CoralBook
de 80 gramas, na Eígal, Indústria
Gráfica, no mês de Outubro de 2022.

